

Instrumentos de Avaliação no Brasil como Forma de Poder: o ENEM discutido com criticidade

Evaluation Instruments in Brazil as a Form of Power: the ENEM critically discussed

DOI:10.34117/bjdv6n12-004

Recebimento dos originais: 02/11/2020

Aceitação para publicação: 02/12/2020

Julio César Menezes Borges

Pós-Graduação em Gestão Ambiental

Centro Paula Souza – Escola Técnica Estadual de Itanhaém – Escola Técnica Estadual de Peruíbe

Endereço: Waldemir Biller Brandão, 974 – Vila São,
Itanhaém, São Paulo

E-mail: ecolojubio91@gmail.com

Moema Setúbal de Souza

Pós- Graduada em Educação a Distância e Coaching

Centro Paula Souza - Escola Técnica Estadual de Itanhaém – Escola Técnica Estadual de Praia Grande

Endereço: Rua José Marques, 496 – Savoy,
Itanhaém, São Paulo

E-mail: moemasetubal@gmail.com

José Adriano de Barros

Pós-Graduado em Educação Especial e Educação Inclusiva

Centro Paula Souza – Escola Técnica Estadual de Itanhaém – Escola Técnica Estadual de Peruíbe –
Escola Técnica Adolpho Berezin

Endereço: Rua Silvério Ataulo, nº. 26, casa 01. Bairro: Estação Peruíbe/SP. CEP: 11.750-000

E-mail: jose.barros31@etec.sp.gov.br

Michelle Barbosa Araújo

Formação Acadêmica: Pós-Graduação em Sistemas e Tecnologia da Informação.

Instituição de atuação atual: Centro Paula Souza -Escola Técnica Estadual de Itanhaém

Endereço: Av. José Batista Campos – Anchieta - 11740000 - Itanhaém, SP – Brasil

E-mail: professoramichellebarbosa@gmail.com

Thiago Pellegrini da Silva

Pós-graduado em Neurociência

Centro Paula Souza – Escola Técnica de Itanhaém

Endereço: Rua Francisco Nicolini, 285 Jd. América
Itanhaém – São Paulo

E-mail: thiagopellegrini19@gmail.com

Regina Célia Luz Vieira de Moraes

Pós graduada - MBA em Administração Pública
Centro Paula Souza – Escola Técnica Adolpho Berezin
Endereço: Rua Mário Possani, 487 - Balneário Flórida
Praia Grande - São Paulo
E-mail: joninaluzvieirademorais@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo promover a discussão sobre o uso de instrumentos de avaliação díspares em relação a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e propõe utilizar as práticas freirianias em contrapartida as avaliações tradicionais. O trabalho parte da teoria de Foucault, e o poder do Estado; caracteriza a avaliação somativa e define algumas técnicas abordadas pelo livro “A pedagogia da autonomia” de Paulo Freire. Nas considerações finais é demonstrado de forma crítica o contraponto entre as teorias apresentadas.

Palavras-chave: ENEM, avaliação, Foucault.

ABSTRACT

This paper aims to promote the discussion about the use of disparate instruments of evaluation of the Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional and proposes to use Freirian's practices instead of the traditional evaluations. The work starts from Foucault's theory, and the power of the state; Characterizes the summative evaluation and defines some techniques approached by the title of Paulo Freire's - A pedagogia da autonomia. In the final considerations, the counterpoint between the presented theories is critically demonstrated.

Keywords: ENEM, evaluation, Foucault.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visa analisar de forma crítica o poder que o Estado exerce por meio de instrumentos de avaliação instituídos pelo sistema educacional brasileiro. Nosso foco será o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), dado a sua importância perante aos que visam ser inseridos em uma vida acadêmica por meio de instituições de ensino superior, e a diferença conceitual e epistemológica desse instrumento com relação a proposta formativa e construtivista em contrapartida ao método somativo e classificatório ao qual é estruturado e aplicado.

Inicia-se com as definições apresentadas por Foucault e a forma como o Estado exerce seu poder perante a sociedade, por meio dos sistemas educacionais.

Caracterizou-se também as diferenças entre as avaliações e exames, e como a função somativa permeia nosso objeto de estudo, ao ponto de ser a nomenclatura do mesmo, explicitando um conceito do qual, por definição, não deveria fazer parte de uma avaliação formativa.

Outra análise, explicita o uso de instrumentos de avaliação na visão construtivista, tendo por base os conceitos freirianos, principalmente o disposto no livro “A pedagogia da autonomia”. Preceitos esses defendidos pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que regulariza o sistema de ensino no Brasil e aborda a mudança da visão para um processo mais humanizado na educação e a legislação vigente. O objetivo é fundamentado nos conceitos expostos, cujo problema é: por que no Brasil utilizamos um instrumento de avaliação quantitativo, tal como o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) em contrapartida as teorias construtivistas Freirianas?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FOUCAULT, O PODER DO ESTADO E A EDUCAÇÃO.

Foucault começou a aparecer nas publicações acadêmicas sobre educação no Brasil em momentos diferentes:

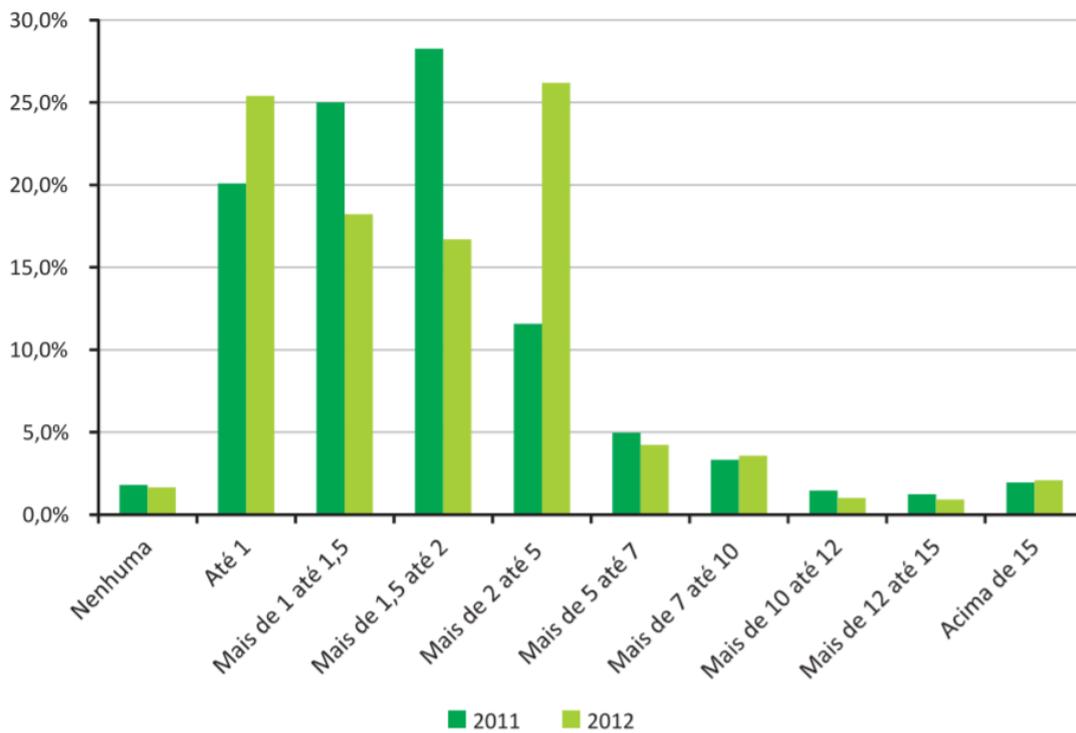
“Um primeiro, a partir da década de 1980, marcado por pesquisas e publicações focadas na questão do disciplinamento, da análise do poder disciplinar, de modo especial, nas instituições escolares. Aqui, certamente, é grande a influência de Vigiar e punir. Uma segunda onda, mais recente, centra-se no conceito de governamentalidade e suas possíveis implicações para o campo educacional, nas mais distintas perspectivas. E, por fim, uma terceira onda, ainda mais nova, focada nos textos dos últimos cursos de Foucault no Collège de France que vêm sendo publicados, suscitando pesquisas em torno das noções de cuidado de si e de parresia, buscando estabelecer interlocuções e conexões com a problemática educativa.” (GALLO, 2015)

Em seu livro *Vigiar e Punir* (1975), ele apresenta sua visão sobre o impacto do poder exercido pelo governo, em referência também a educação, mas especificamente na parte sobre a disciplina. Nela ele que relata os recursos para o bom adestramento, o exame. Esse “bom adestramento” traz em seu cerne o controle, o mesmo que pode ser aplicado aos processos de aprendizagem, como também ao poder. Assim como podemos observar:

“O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir.[...]no coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam. A superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o seu brilho visível.” (FOUCAULT, p.209)

O impacto nas classes menos favorecidas é percebido quando o ENEM, tem como participantes principais as camadas menos favorecidas da sociedade, como visto no Relatório Pedagógico (2011 - 2012):

Grafico 1 - Distribuição percentual dos participantes do ENEM por faixa de renda familiar (em unidades de salários mínimos)



Fonte: Microdados ENEM 2011 - 2012 (Inep, 2012;2013) apud Relatório Pedagógico ENEM 2011 - 2012 (Inep, 2012;2013)

Apesar disso, vemos um aumento significativo da faixa de renda de mais de 02 até 05 salários no ano de 2012, podendo-se atribuir isso a abertura de quase todas as universidades públicas ao uso das notas do ENEM como seleção ao ingresso em 2013:

“Pela primeira vez, quase todas as instituições federais adotam o Enem como critério de seleção. A nota do exame é utilizada na concessão de bolsas de estudos do programa Ciências sem Fronteiras e passa a ser divulgada por escola com estratificação nos níveis socioeconômicos. (<http://portal.inep.gov.br/enem/historico>)

2.2 O ENEM NA POLÍTICA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

É pertinente iniciar pela diferença entre o conceito do ato de avaliar e examinar; a avaliação segundo Luckesi (2003) tem como característica o acompanhamento da evolução dos avaliados e suas variações, diferente do exame que apenas demonstra um estado ao final de um ciclo de aprendizagem. Em um processo de examinação, os sistemas educacionais têm como objetivo mensurar e classificar o objeto, padronizando e enfatizando os resultados a serem alcançados; nesse contexto que a avaliação somativa ou classificatória está inserida. Definida como uma de suas funções, a avaliação somativa tem como base principal seu caráter controlador e por consequência torna-se uma forma de poder.

Há necessidade da constituição e escolha de um processo de avaliação em qualquer sistema educacional, mas a discrepância entre as práticas e processos adotados e suas metodologias é clara no sistema adotado no Brasil e em um de seus principais instrumentos de avaliação, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), instituído em 1998, durante a gestão do ministro da educação Paulo Renato Souza, no governo Fernando Henrique Cardoso. Tem como principal objetivo avaliar anualmente o aprendizado dos alunos do ensino médio em todo o país e auxiliar a elaboração de políticas pontuais e estruturais de melhoria do ensino, promovendo constantemente atualizações pela indicação do cruzamento de dados e pesquisas.

A escolha do ENEM como objeto desse estudo deu-se devido ser a primeira iniciativa de avaliação geral do sistema de ensino implantado no Brasil. Ele propõe mensurar modalidades estruturais da inteligência, por definição este instrumento segue características construtivistas, como descrito no artigo 2º na Portaria MEC nº 438, de 28 de maio de 1998:

“O ENEM, que se constituirá de uma prova de múltipla escolha e uma redação, avaliará as competências e as habilidades desenvolvidas pelos examinandos ao longo do ensino fundamental e médio, imprescindíveis à vida acadêmica, ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania, tendo como base a matriz de competências especialmente definida para o exame”.

Quando se diz que o instrumento avaliará a aprendizagem ao longo do processo evolutivo do candidato, pode-se considerar como um instrumento de avaliação formativa, cujo o mesmo, visa acompanhar todas as etapas do processo de ensino-aprendizagem analisando de forma construtivista esses resultados. Bem diferente da própria designação do termo “exame” da presente avaliação, que como foi explicitado no início do texto, não possui essa finalidade.

No Decreto nº 9432/2018 que regulamentou a política nacional de avaliação e exames da educação básica, o ENEM tem como objetivo: “[...] aferir o domínio das competências e das habilidades esperadas ao final da educação básica”. Foi complementado pela portaria nº 458, de 5 de maio de 2020, que se refere a: “[...] aferir o domínio das competências e das habilidades esperadas ao final da educação básica, **de acordo com a BNCC e as correspondentes diretrizes curriculares nacionais.**” Nota-se que apesar de incluir a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e suas diretrizes, as palavras “aferir o domínio”, citadas nos dois documentos, têm em seu cunho o caráter classificatório e seletivo e difere da avaliação significativa que alguns teóricos defendem e que a Portaria MEC nº 438/2018 (citação acima) descreve.

Outro ponto, é a demora da geração de documentos que tragam informações pertinentes sobre o exame. Assim como afirma Silva et al: “Embora se disponha de vasta literatura sobre o tema, sua

disseminação e conhecimento entre os profissionais que atuam na escola e na gestão dos órgãos regionais de ensino são, ainda, bastante incipientes.” (2010.p.298). O último relatório pedagógico do ENEM foi publicado no ano de 2015:

“Por meio deste Relatório Pedagógico, o Inep almeja oferecer a professores, gestores, pesquisadores e ao público em geral a oportunidade de conhecer aspectos relevantes do perfil e do desempenho dos participantes nas quatro áreas de conhecimento avaliadas pelo Exame, bem como sistematizar dados e informações gerais sobre a prova, suas finalidades, seus itens e os recursos oferecidos.” (INEP, 2015.p.19)

Sem sua publicação atualizada, os atores envolvidos perdem um valioso instrumento que possibilitaria a melhoria contínua da educação no país e destoam sobre a função da aplicação de uma avaliação aos alunos, apenas sendo a imposição do poder do estado as camadas mais pobres da sociedade.

ALTHUSSER (1985) pondera sobre os conteúdos a respeito dos aparelhos ideológicos de estado, levando em consideração que a escola tem uma função bastante específica na categorização das relações de exploração social.

[...] é pela aprendizagem de alguns saberes contidos na inculcação maciça da ideologia dominante que, em grande parte, são reproduzidas as relações de produção de uma formação capitalista, ou seja, as relações entre exploradores e explorados, e entre explorados a exploradores.

Paulo Freire em seu livro “ Pedagogia da Autonomia”, apresenta essa realidade quando diz: “Os sistemas de avaliação pedagógica de alunos e de professores vêm se assumindo cada vez mais como discursos verticais, de cima para baixo, mas insistindo em passar por democráticos,” (1996.p.59) e explica:” A questão que se coloca a nós é lutar em favor da compreensão e da prática da avaliação enquanto instrumento de apreciação do que fazer de sujeitos críticos a serviço, por isso mesmo, da libertação e não da domesticação.” (1996.p.59)

2.3 PAULO FREIRE E A PEDAGOGIA DA AUTONOMIA

Segundo Agnoluzzo (2007), os processos educativos envolvem ações avaliativas que se caracterizam apenas por medir, verificar e classificar os alunos em um período da sua etapa educativa, porém coloca-se em dúvida a efetividade dessas ações, uma vez que nesse formato os processos avaliativos podem possuir um *status* punitivo, servindo muitas vezes apenas como um instrumento de controle, o que se contrapõe aos objetivos que são triar os conhecimentos adquiridos, entretanto surgem novas vertentes de estudos que objetivam reverter a ineficácia das proposições anteriores, pressupondo

uma melhor qualidade nos resultados e como eles serão obtidos, por meio de avaliações diagnósticas, contínuas, que devem ser continuamente encabeçadas por professores e escolas, bem como a reformulação das práticas pedagógicas.

A educação libertadora, prática da nova pedagogia de Paulo Freire, preconiza a humanização dos processos educacionais, permitindo a percepção do ambiente na formação do posicionamento crítico-problematizador frente a uma realidade social, pela qual os indivíduos reagem e interagem com o mundo ao seu redor, através da construção e desconstrução contínua que terminam por moldar uma nova estrutura social pelas ações surgidas de novas necessidades, frente a prática tradicional, que se traduz em uma educação bancária, crítica de Freire, na qual professores retransmitem os conhecimentos e os alunos decoram e repetem os conhecimentos acumulados (MENEZES; SANTIAGO, 2014).

Pela prática de Paulo Freire, os homens necessitam construir os seus conhecimentos junto a conteúdos adquiridos em processos de possam permitir diálogos críticos (MENEZES; SANTIAGO, 2014).

Para Brito et al (2010), a pedagogia da autonomia visa a reestruturação docente que devem buscar novos métodos investigativos de conhecimentos, fazendo-se necessário também a adaptação dos instrumentos de avaliação, pela qual não há prática sem teoria, frente às necessidades dos alunos, buscando a construção de uma autonomia reflexiva, que leve em conta os conhecimentos empíricos que os mesmos trazem como bagagem inicial, apresentando o professor como um norteador do processo ensino-aprendizagem, o que leva os alunos a busca pelos conhecimentos significativos, como um reflexo das suas ações integradas a sociedade na qual fazem parte. A avaliação é um processo subjetivo, ao resumi-lo apenas em dados informativos sobre desempenho torna-o falho e inflexível.

3 DISCUSSÃO

Toma-se como principal fator crítico do instrumento de avaliação adotado pelo sistema educacional brasileiro a discrepância em relação às práticas pedagógicas adotadas e difundidas pela própria LDB (Lei de diretrizes e bases) e as instituições de ensino, em contrapartida ao formato de avaliação (ou seria examinação) utilizado no ENEM. Apesar de seu formato considerar a resolução de problemas cotidianos e divulgar a possibilidade de ascensão acadêmica no sistema, independente da classe social, sua ação de segregação, punição e controle é visível. Pode-se afirmar que a mesma estrutura educacional que diz promover a formação de um cidadão engajado e competente e o lança ao mercado de trabalho, é a mesma que os classifica e pune; de acordo com a visão freiriana a primeira é

redentora e a segunda é opressora. Cabe uma reflexão mais aprofundada do formato de equidade dos instrumentos de avaliação aplicados e a essência de seu sistema educacional.

A resposta à problemática apresentada é explícita ao confrontar a própria nomenclatura atribuída ao ENEM e o processo de classificação imposto por meio de pontuação excludente (indivíduos que não atingem a média não podem ter acesso aos benefícios oferecidos pela legislação). Sendo assim, a difusão das ideias construtivistas de forma mais efetiva poderá em um futuro próximo quebrar alguns paradigmas e dogmas no âmbito educacional e agregar conceitos mais fortes e efetivos em relação aos resultados apresentados em relação aos dias de hoje; adequando os processos avaliativos aos formatos internacionais e melhorando a confecção e divulgação dos documentos com os resultados e considerações dos mesmos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível perceber na discussão do trabalho, a necessidade de reformulação dos instrumentos de avaliação do nosso sistema educacional, equalizando as disparidades entre os preceitos definidos nas legislações vigentes e as práticas adotadas. Vários países, já iniciaram um processo de reformulação de toda a estrutura do seu sistema educacional e dentro dele a forma como as avaliações são aplicadas. A oportunidade para uma difusão e uma maior discussão sobre o tema deve ser maior e mais abrangente, além dos âmbitos e limites acadêmicos, ao qual, o presente trabalho tem como objetivo promover estas reflexões.

REFERÊNCIAS

AGNOLUZZO; E.A.de M.M.D. Critérios e instrumentos avaliativos – reflexo de uma aprendizagem significativa. Programa de Desenvolvimento Educacional, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/142-4.pdf>>. Acessado em 12 jul.2017.

ASSIS, Cristiano Mauro Gomes, BORGES, Oto. O Enem é uma avaliação educacional construtivista? Um estudo de validade de construto. Disponível em <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1468/1468.pdf>>. Acesso em 11 jul.2017.

BRASIL. DECRETO Nº 9.432, DE 29 DE JUNHO DE 2018. Brasília, MEC, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório pedagógico: Enem 2011-2012. – Brasília, DF: Inep, 2015.

_____. Histórico. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/enem/historico>>. Acesso em 27 out.2020.

BRASIL. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 de 20 de Dezembro de 1996. Brasília, MEC/SEMTEC, 1997.

BRASIL. PORTARIA Nº 458, DE 5 DE MAIO DE 2020. Brasília, MEC, 2020.

BRITO; A.A.M. et al. Pedagogia da autonomia. Licenciatura Plena em Pedagogia, Universidade Estadual do Piauí, UESPI, 2010. Disponível: <<http://www.uespi.br/prop/siteantigo/XSIMPOSIO/TRABALHOS/PRODUCAO/Ciencias%20da%20Educacao/PEDAGOGIA%20DA%20AUTONOMIA.pdf>>. Acesso em: 12 jul.2017.

CHUEIRI, Mary Stela Ferreira. Concepções sobre a Avaliação Escolar. Disponível em <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1418/1418.pdf>>. Acesso em 12 jul.2017.

FREIRE, Paulo. A pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALLO, Silvio. O efeito Foucault na Educação. Unicamp, 2015. Disponível em <<https://humanas.blog.scielo.org/blog/2015/01/26/o-efeito-foucault-na-educacao/>>. Acesso em 27 out.2020.

LUCKESI , Cipriano Carlos. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem? Disponível em:< <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2511.pdf>>. Acesso em 11 jul.2017.

MENEZES; M.G. de; Santiago; M.E. Contribuição do pensamento de Paulo Freire para o paradigma curricular crítico-emancipatório. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072014000300003&lng=en&nrm=iso&tlng=p>. Acesso em: 12 jul. 2017.

SILVA, Luciene Aparecida da; GARCIA, Nelson Luiz dos Santos, BICALHO, Adriana Célia da Silva. Avaliações sistêmicas da educação básica: instrumento de gestão pública da qualidade do ensino e

mecanismo de controle social Anais - Encontro Mineiro de Administração Pública, Gestão Social e Economia Solidária - II EMAPEGS Universidade Federal de Viçosa - MG, 2010.